



Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL

Sul de Minas Gerais

Campus Poços de Caldas

TRABALHO DOCENTE E PRECARIZAÇÃO

Eixo Temático: Formação inicial, continuada e valorização dos profissionais de Educação

Forma de Apresentação: Resultado de Pesquisa

Jean Claudio Sales Nominato¹

RESUMO

O trabalho no capitalismo difere do trabalho a partir de uma perspectiva ontológica, este faz parte da autoconstrução do gênero humano enquanto aquele, é desumanizador. A precarização do trabalho e o desemprego fazem parte da estrutura do processo de acumulação capitalista, logo a análise conjuntural não pode ser estudada sem a consideração dessa contradição. No contexto de crise estrutural do capital, a precarização ganha particularidades que irá atingir os docentes, é o caso dos professores temporários do Estado do Paraná. Uma comparação da legislação que regulamenta a contratação desses profissionais com a dos professores efetivos, já demonstra a precariedade das relações de trabalho. Aspectos objetivos da precarização pode determinar o sofrimento psíquico por parte desses professores, bem como comprometer a qualidade do ensino.

Palavras-chave: Trabalho. Precarização. Professores temporários

INTRODUÇÃO

Para Marx, o trabalho enquanto intercambio do homem com a natureza existiu em todos os tipos de sociedade. Lukács, posteriormente, analisou a categoria trabalho em seus aspectos ontológicos e sua processualidade interna. A abordagem ontológica permitiu diferenciarmos e caracterizarmos o trabalho no modo de produção capitalista, que está submetido ao capital. Nesse modo de produção, o produto do trabalho não mais pertence ao trabalhador, as mercadorias são produzidas para serem trocadas no mercado e todo esse processo necessita de um “mais valor” que pague as despesas do capitalista e o façam lucrar. Um “mais valor” que é expropriado do trabalhador via jornada de trabalho. Temos, portanto, o modo de produção capitalista fundado na contradição capital e trabalho.

Partimos de uma análise ontológica da precarização com base na crítica da economia política de Marx para analisarmos os seus fundamentos e suas diferentes manifestações no tempo. Aspectos fenomênicos e conjunturais não dão conta na apreensão desse processo. A precariedade do trabalho originou quando a força de trabalho se tornou uma mercadoria e no processo de acumulação ampliada de capital. Processo caracterizado pela formação de uma superpopulação relativa e ao mesmo tempo o enriquecimento do capitalista. O desemprego e a precarização do trabalho são

¹ Licenciado em Filosofia. Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná sob orientação do Prof. Dr. Evandro Oliveira de Brito



Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

elementos estruturais do processo de acumulação. Temos a precariedade como uma característica do modo de produção capitalista e que ganha novas configurações no século XX e XXI.

Após a crise de 1929, o Keynesianismo juntamente com práticas do fordismo e taylorismo criaram as condições necessárias para a expansão e acumulação de capital. Mas na segunda metade da década de 1960 do século passado o capitalismo entra em crise que, segundo Mészáros, trata-se de uma “crise estrutural” pelo fato de não ser mais cíclica, mas permanente e crônica. Uma das consequências dessa crise é o desemprego crônico e a intensificação da precarização do trabalho.

Após a falência do Keynesianismo, o neoliberalismo entrou em cena culpando o Estado de bem-estar social pela crise. A ideologia neoliberal entrou no Brasil na época do governo do presidente Fernando Collor de Melo, mas ganhou contornos mais nítidos no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Desde a reforma do Estado brasileiro, realizada por Bresser Pereira, no governo FHC na década de 1990, que o Brasil optou pelas políticas neoliberais ao invés de seguir as prescrições solidárias da Constituição Federal de 1988. Essa reforma tinha como objetivo enxugar o Estado brasileiro, tirando deste, a responsabilidade sobre os direitos sociais.

O avanço das políticas neoliberais flexibilizou as relações de trabalho, prejudicando os direitos conquistados pelos trabalhadores desde a CLT da era Vargas. As empresas passaram a lucrar com a extensão da terceirização para outras atividades antes proibidas. Após o golpe de Estado contra a presidenta Dilma Rousseff, setores como a saúde e a educação tiveram seus gastos congelados pela emenda constitucional 95 (PEC do teto dos gastos) por vinte anos.

O objetivo geral desse trabalho é estudar a precarização do trabalho docente, tendo como base que o desemprego e a precarização fazem parte da estrutura do processo de acumulação do capital. O objetivo específico foi estudar as particularidades da precarização dos professores temporários no Paraná.

METODOLOGIA

A pesquisa é bibliográfica de cunho ontológico com análises de documentos, onde aspectos conjunturais da precarização são analisados a partir de seus fundamentos.

RESULTADO E DISCUSSÕES

A precarização do trabalho dos professores temporários no Paraná é uma realidade antes mesmo da criação do Estatuto do Magistério em 1976, lei complementar que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de 1º. e 2º. graus, de que trata a Lei Federal nº. 5.962, de 11 de agosto de 1971. Embora se tenham avanços com a Lei Complementar 108/2005 e também nas mais recentes leis e decretos, ainda se encontram num estado de precariedade, fato constatado se compararmos com a legislação dos professores efetivos do Estado (Lei Complementar 103/2044). Tantos os professores efetivos do Estado quanto os temporários possuem os mesmos deveres, no entanto, os direitos não são os mesmos. Os temporários não têm direito à promoção e à progressão na carreira, não participam do projeto político-pedagógico das escolas, não possuem garantia de emprego, o que resulta na precarização das relações trabalhistas e vivem a incerteza da expectativa da contratação ou não pelo Estado. São contratados por tempo determinado, não tem direito à licença especial e gratificações por tempo de



Poços de Caldas

5º Congresso Nacional de Educação

09- 10 de Junho 2021 | 100%On-line



INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais
Campus Poços de Caldas

serviço. A situação de precariedade desponta em termos objetivos e subjetivos, ocasionando o sofrimento psíquico como relatou um estudo comandado por Albuquerque (2018) com 1121 professores da rede estadual de ensino do Paraná.

Segundo Souza (2016), desde de 2007 que o percentual de professores temporários no Paraná supera os 20%, ou seja, está acima do limite recomendável pelo CNE, que, em seu parecer n 9/2009, sobre as Diretrizes Nacionais para os novos Planos de Carreira e de Remuneração, alerta a necessidade de concurso público caso essas contratações temporárias no quadro do magistério na rede ensino público supere 10%. Embora tenha ocorrido 2 concursos públicos, estes não foram suficientes para diminuir o percentual para um dígito. Como dissemos na introdução desse artigo, os profissionais não contratados representam hoje o exército industrial de reserva – importante para a acumulação e riqueza do sistema capitalista - o que faz com que os professores aceitem as condições precárias de trabalho, uma vez que, ter um trabalho é melhor do que estar desempregado.

Os avanços do neoliberalismo e o enxugamento do Estado é importante para a compreensão da falta de concursos e a diminuição nos gastos com políticas sociais em geral. É vantagem para o Estado contratar temporariamente e abrir a educação pública para a iniciativa privada gradativamente. O capital precisa sempre se expandir e acumular, tal como fez no Welfarestate e na fase de globalização, mas acontece que no contexto de crise estrutural ele atingiu os seus limites.

CONCLUSÃO

A precarização do trabalho e o desemprego fazem parte da estrutura do processo de acumulação capitalista. A precariedade do trabalho sempre existiu na história do capitalismo, mas se modifica para atender as necessidades de acumulação e expansão do capital. O Estado vem atuando de acordo com as normas neoliberais, objetivando diminuir seus gastos com encargos sociais contratando trabalhadores temporários, como é o caso dos professores paranaenses. A precarização do trabalho desses professores deve ser analisada para além dos indicadores, isto é, relacionando suas particularidades com aspectos da crise estrutural do capitalismo contemporâneo.

REFERENCIAS

- ALBUQUERQUE, G. S. C. *et al.* **Exploração e sofrimento mental de professores:** um estudo na rede estadual de ensino do Paraná. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 1.287-1.300, set. /dez. 2018
- ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho** – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**, 2. Tradução Nélio Shneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SOUZA, M.N. **Políticas públicas de educação no Paraná:** as condições de trabalho de professores temporários e o efeito de território na alocação de docentes como variáveis de análise – Curitiba, 2016.